

A imprensa e o discurso sobre o espaço urbano: uma análise a partir da desocupação Lanceiros Negros

The press and the discourse about urban areas: an analysis of the removal of the Lanceiros Negros occupation

Patrícia Regina Schuster

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.
Email: pati.jornalista@gmail.com

Vanessa Costa de Oliveira

Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Regional e jornalista, todos pela Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
Email: nessa.costa.oliveira@gmail.com

Lídia Schwantes Hoss

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Comunicação Empresarial e jornalista pela mesma Universidade.
Email: lidiaschwanteshoss@gmail.com

Submetido em: 30/08/2017
Aceito em: 22/02/2018

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar como é discursivizado o acontecimento “reintegração de posse”. Para tanto, pautamos nossa análise no caso da Ocupação Lanceiros Negros, situada em Porto Alegre, e no jornal referência no Rio Grande do Sul, Zero Hora. A conclusão deste estudo, que se amparou na Análise de Discurso e contabilizou três reportagens, veiculadas entre os dias 15 e 18 de junho de 2017, é que o veículo arquiteta sua rede de sentidos imbuída em invisibilizar os sujeitos que defendem e integram movimentos do gênero e também em reforçar o perigo que eles representam para o espaço urbano.

Palavras-chave: Espaço urbano; Reintegrações de posse; Discurso jornalístico; Lanceiros Negros; Zero Hora.

ABSTRACT

The purpose of this article is to investigate how the event "repossession" is discoursed. To that end, we set out our analysis in the case of Ocupação Lanceiros Negros, located in Porto Alegre, and in the reference newspaper in Rio Grande do Sul, Zero Hora. The conclusion of this study, which was based on Discourse Analysis and counted three news stories published between June 15 and June 18, 2017, is that the vehicle architects its network to make invisible the subjects that defend and integrate movements of the genre and also in reinforcing the danger that they represent for the urban space.

Keywords: *Urban Space; Repossession; Journalistic Discourse; Lanceiros Negros; Zero Hora.*

RESUMEN

El objetivo de este artículo es investigar como se discursiviza el acontecimiento "reintegración de posesión". Para ello, pautamos nuestro análisis en el caso de la Ocupación Lanceiros Negros, situada en Porto Alegre, y en el periódico referencia en Rio Grande do Sul, Zero Hora. La conclusión de este estudio, que se amparó en el Análisis de Discurso y contabilizó tres reportajes, transmitidos entre los días 15 y 18 de junio de 2017, es que el vehículo arquitectó su red de sentidos imbuida en invizibilizar a los sujetos que defienden e integran movimientos del género y también en reforzar el peligro que ellos representan para el espacio urbano.

Palabras clave: *Espacio Urbano; Reintegraciones de Posesión; Discurso Periodístico; Lanceiros Negros; Zero Hora.*

Introdução

Os compositores Vinicius de Moraes e Toquinho compuseram em 1980 a canção *Casa Engraçada*, que se firmou como uma das principais melodias da infância de muitos brasileiros. A casa, que não tem teto ou parede – versa a música – agora deixou a condição de singela toada para descrever a realidade de milhares de cidadãos que sofrem pela falta de moradia ou estão subjugados à habitação precária.

Segundo dados do IPEA, em 2012 o déficit habitacional do Brasil era de 5,24 milhões de domicílios, sendo que 85% deles estão concentrados nas áreas urbanas. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a falta de moradias nesse mesmo ano estava em 74.575 unidades habitacionais. O déficit habitacional é um dos indicadores que informa a sociedade e aos gestores públicos sobre as necessidades habitacionais da população. São considerados no cálculo deste indicador habitações precárias, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel (IPEA, 2012).

Enquanto o poder público segue com dificuldades de atender à carência habitacional, parte desse contingente termina por ocupar espaços que, na maioria das vezes, são edificações urbanas abandonadas, em várias cidades do país. Famílias inteiras fazem destes locais sua moradia até que os proprietários dos imóveis incitam situações de litígio. O município de Porto Alegre vivenciou nas últimas décadas inúmeras destas ocupações exatamente com este desfecho.

Uma delas, amplamente divulgada pela mídia, foi a reintegração de posse de um prédio do governo do Rio Grande do Sul, no centro de Porto Alegre, no dia 14 de junho de 2017. O local, batizado de Ocupação Lanceiros Negros¹, era habitado há um ano e meio por certa de 70 famílias.

O propósito, diante disso, é verificar como esse episódio foi discursivizado pelo veículo impresso de referência² no Estado, o *Zero Hora*³. Para tanto, num primeiro momento buscamos contextualizar o desenvolvimento urbano no país e as ocupações resultantes de insuficientes investimentos em políticas públicas habitacionais. Em seguida, apresentamos o movimento Lanceiros Negros. A análise propriamente dita se inicia com uma reflexão sobre a forma como as cidades são estampadas discursivamente, e é concluída no exame que fizemos sobre três reportagens publicadas por *ZH* nos dias subsequentes ao processo de reintegração de posse. Ao tratarmos da produção do discurso acerca da cidade, chegamos ao conceito de gentrificação, termo que designa intervenções urbanas que transformam determinados locais das cidades em áreas de investimento, com forte apelo imobiliário e que acabam, também, por promover o que Neil Smith (2006) chama de higienização social. À guisa de um fechamento, apresentamos nossas considerações.

Desenvolvimento urbano e ocupações urbanas

O Brasil é um dos países que mais rapidamente se urbanizou em todo o mundo. Em 50 anos, passou de uma condição rural para eminentemente urbana. A urbanização foi

¹ A expressão Lanceiros Negros remete à história do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente à tropa farroupilha Lanceiros Negros, formada por ex-escravizados, durante a Revolução Farroupilha, mortos, em sua maioria, no chamado Massacre de Porongos. Estudos recentes indicam que se tratava de um emboscada.

² Classificação a partir de Christa Berger (1996), fundamentada em Eric Landowisky.

³ Ao longo deste artigo, faz-se uso também da abreviatura *ZH* em referência ao nome da publicação.

consequência da sua industrialização nas décadas de 1960 e 1970, capitaneada, principalmente, pelo estado de São Paulo. Os trabalhadores foram, em grande parte, atraídos pelas oportunidades de emprego nas montadoras de veículos.

Este processo de transformação do habitat e da sociedade brasileira produziu uma urbanização desigual. Muitas foram as consequências deste veloz crescimento. O fenômeno da urbanização provocou o agravamento do histórico quadro de exclusão social tornando ainda mais evidente a marginalização e a violência urbana. “É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência” (Maricato, 2002, p.36).

A distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização tem sido injusta e resultante de décadas de descaso, incompreensão, preconceito e de atuação privilegiada, voltada apenas para alguns setores da sociedade. As já densas e grandes cidades se expandiram formando regiões metropolitanas, com extensas periferias ocupadas por população pobre expulsa das áreas centrais ou atraída de outros pontos do território brasileiro em busca de trabalho, renda e acesso a bens, serviços e equipamentos urbanos. Os moradores das periferias continuam desprovidos de infraestrutura básica e mais distantes dos centros urbanos (Maricato, 2002).

Em 2001, o Brasil aprovou o Estatuto da Cidade, depois de anos de pressão de movimentos sociais pelo reconhecimento do direito coletivo à cidade. A lei reúne instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Mas a legislação, por si só, não conseguiu mudar esse panorama, em que o conflito de interesses entre os trabalhadores e o capital imobiliário prevalece. Ele é assim descrito por Ermínia Maricato (1988, p. 03):

De um lado estão os usuários, que veem a *cidade como um local para viver* e desejam de um modo geral uma moradia de melhor qualidade possível ao preço mais baixo possível. De outro lado, o capital imobiliário, para o qual a *cidade é um negócio* cuja exploração busca a máxima extração do lucro.

Enquanto meio e condição para as mediações que se realizam na sociedade, a cidade abriga os diferentes tipos de capitais que atuam no campo da produção. Sendo assim, o espaço

urbano contempla inúmeros aspectos multidimensionais, dentre os quais estão a acumulação do capital, a atuação dos agentes e atores sociais e a presença de interesses que decorrem das relações entre produção e consumo do espaço.

Henry Lefebvre (2008) politiza a produção social do espaço e assume a ótica dos cidadãos assentando o direito à cidade na sua luta pelo direito de usufruir do espaço social. Caracteriza o direito à cidade como “direito à vida urbana” (Lefebvre, 2008, p. 118). Avança no entendimento de cidadania, que vai além do direito de voto e expressão verbal: trata-se de uma forma de democracia direta, pelo controle das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, produzida como obra humana coletiva, em que cada indivíduo e comunidade tem espaço para manifestar sua diferença.

Para Lefebvre, a expulsão das classes proletárias dos centros urbanos destruiu o que o autor chama de “urbanidade”, fato que gera processos de resistência, com o objetivo de reconquista da cidade (Lefebvre, 2008, p. 23). Segundo o autor, a criação do centro como espaço de consumo no capitalismo gerou um efeito duplo: “lugar de consumo e consumo de lugar” (Lefebvre, 2008, p. 130). Destarte, para entender a cidade, é preciso alcançar seus interesses contrapostos, suas formas de desenvolvimento social e as relações de poder envolvidas.

No contexto capitalista contemporâneo produzem-se desigualdades entre as classes sociais, notadamente, na apropriação e posterior ocupação do espaço urbano. A urbanização vem desempenhando um papel fundamental no reinvestimento dos lucros, a uma escala geográfica crescente, mas ao preço de impedir às massas qualquer direito à cidade. “Vivemos, cada vez mais, em áreas urbanas divididas e propensas a conflitos” (Harvey, 2013, p. 32).

A forma encontrada para reivindicar mudanças na ordem política e social é pressionar o Estado a voltar o seu olhar e sua agenda para as questões habitacionais através da ocupação de espaços públicos e privados. A função social da propriedade vem sendo reivindicada pelos movimentos sociais para justificar uma ocupação e buscar a legitimação da luta por espaço.

Veiculadas pela mídia, essas ocupações tomam corpo em alguns momentos e em outros se diluem no cotidiano das notícias. O tema costuma conquistar as manchetes apenas quando acontece a ocupação, a reintegração de posse e seus desdobramentos. A cobertura midiática da problemática da cidade em toda sua complexidade não costuma ser pautada.

A ocupação Lanceiros Negros

As ocupações urbanas se colocam como uma alternativa à ausência de políticas públicas de habitação. É com esta justificativa que em 14 de novembro de 2015 iniciou-se em Porto Alegre a Ocupação Lanceiros Negros, no Centro Histórico da cidade. O prédio ocupado pelo grupo, onde funcionou o Ministério Público Estadual, na Rua General Câmara, 352, estava abandonado há mais de dez anos. Nele, criou-se uma casa de acolhimento para famílias em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Cláucia Fagnello e Iris Guedes (2016), cerca de 70 famílias ocuparam o local, entre crianças, jovens e adultos, alguns deles integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Essas famílias, em sua maioria, são originárias de áreas consideradas de risco e não possuíam moradias dignas, ou, ainda, famílias que fugiam da violência gerada pelo tráfico de drogas em seus bairros. Para essas pessoas, a ocupação do prédio se mostrava como uma possibilidade de reivindicar uma moradia digna e, assim, ressignificar socialmente aquele local.

O nome Lanceiros Negros foi uma homenagem aos combatentes da última peleja da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 14 de novembro de 1844, 171 anos antes da data de início da ocupação. Nesse confronto, cerca de 800 homens formavam o grupo dos Lanceiros Negros (mortos, em sua maioria); conforme Fagnello e Guedes (2016), o nome da ocupação serviu para os moradores do movimento gaúcho darem ainda mais força à sua reivindicação, ou seja, a luta do povo negro por uma vida digna e pelo acesso à cidade.

Importante destacar que moradia digna é um direito de todos e um dever do Estado, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Nesse mesmo sentido, cabe citar ainda a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, que em seu artigo 176º prevê o combate à especulação imobiliária e aos vazios urbanos.

A Ocupação⁴ funcionava por meio de uma estrutura coletiva, com decisões tomadas de forma conjunta pelos moradores em assembleias. O prédio ocupado possuía uma cozinha comunitária, que oferecia quatro refeições por dia: o café da manhã, o almoço, um café da tarde e o jantar. Além disso, o ambiente abrigava uma biblioteca - com mais de 500 volumes, organizados por tema e idade -, uma lavanderia coletiva, espaço cultural, espaço esportivo, um berçário e uma creche comunitária. Todos eles contavam com a colaboração de profissionais de cada área. O prédio tinha dormitórios separados com divisórias para cada família (Fagnello; Guedes, 2016).

No dia 14 de junho de 2017 a Ocupação Lanceiros Negros teve fim⁵. Cumprindo uma decisão judicial de reintegração de posse, a Brigada Militar ingressou no prédio. Parte das famílias foram encaminhadas para um ginásio pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, e o restante foi acolhido por movimentos parceiros, por outras ocupações ou mesmo na casa de familiares.

A cidade discursivizada

A cidade é entendida aqui como um produto social e histórico, constituída a partir de relações, disputas, confrontos e culturas. A produção social da cidade, como mostra Roberto Corrêa (2011), se dá por meio das ações e das relações estabelecidas entre agentes sociais, reguladas por um marco normativo. Este marco normativo, por sua vez, reflete os interesses dos agentes sociais da produção do espaço urbano e também de grupos sociais hegemônicos.

A produção social da cidade, que acaba por constituir os discursos urbanos, assim como a sua apropriação, não se dá de forma homogênea pelo conjunto dos atores sociais. Exemplo disso são as ocupações, como a Lanceiros Negros. Destacamos que a cidade, enquanto produto social, repercute a sociedade que nela vive, se relaciona e interage por meio de um dado modo de produção. No caso do Brasil, o modo de produção capitalista é que condiciona, portanto, a produção e reprodução da cidade e de seus sentidos.

⁴ Aplica-se o termo ocupação em caixa alta toda vez que estivermos nos referindo ao nome do movimento.

⁵ O movimento, na verdade, transferiu-se para o Hotel Açores (fechado desde 2014), igualmente situado em Porto Alegre. A nova ocupação passou a ser designada Lanceiros Negros Vivem.

A produção do espaço urbano, por sua vez, de acordo com Corrêa (2011), é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. O autor aponta como agentes sociais da produção do espaço urbano os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A materialização das suas ações se dá, por exemplo, através de campos cultivados, estradas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, assim como na própria gentrificação do espaço.

O conceito de gentrificação se mostra fundamental para a discussão que propõe este artigo. Em linhas gerais, gentrificação é a transformação de dado espaço. Decorre de uma revitalização, com vistas a potencializá-lo economicamente. Para tanto, há uma reestruturação das características do lugar, o que pode incluir a saída forçada de moradores de baixa renda para que outros possam fazer um novo uso do território.

Um dos precursores nos estudos sobre gentrificação foi o geógrafo Neil Smith (2006). O autor aponta como elementos fundamentais nos processos de gentrificação uma mudança física e social de habitação local combinado com a higienização social e com a reabilitação de áreas, no intuito de que passem a ser habitadas pela classe média. Esse processo resulta, também, em um aumento no custo de vida e na especulação imobiliária. Em outras palavras, a instalação de comércios com mercadorias que são acessíveis apenas às classes mais altas, impossibilitando a permanência dos moradores de renda mais baixa, obrigando-os a sair.

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços. (SMITH, 2006, p. 85).

Para a compreensão dos discursos que temos acerca do espaço urbano e de suas apropriações, bem como da gentrificação, é preciso ter clara a ação e os diferentes interesses desses agentes sociais, aos quais acrescenta-se ainda a mídia, que não age como um agente

social qualquer. Ela é responsável pela legitimação e naturalização das ações dos demais interagentes.

Quando se tem a ocupação de um prédio público no centro de Porto Alegre por cerca de 70 famílias que reivindicam seu direito à moradia digna, temos a materialização da ação de grupos sociais excluídos. Corrêa (2011) explica que esses grupos se organizam e lutam por diferentes serviços e direitos e que possuem um papel importante na produção do espaço, construindo a cidade informalmente. Por outro lado, quando da reintegração de posse desse prédio por parte da Justiça, tem-se, certamente, a ação articulada em rede de pelo menos dois agentes sociais citados por Corrêa (2011), o Estado e o Mercado Imobiliário, sendo que este último possui grande peso na construção da cidade, como assegura Adriano Botelho (2007).

Ocorre que a produção da cidade por meio dos agentes sociais não se dá apenas na materialização de suas ações, mas também pela circulação de seus significados e sentidos (Corrêa, 2011). Essa produção simbólica constrói discursos acerca da cidade como a conhecemos. Olimpia Maluf-Souza (2004), em sua tese de doutorado sobre as vozes urbanas, conclui que a cidade se constitui a partir daquilo que se instala pela regularidade do simbólico, sendo ela - a cidade - consequência das discursivizações sobre si. “Ela é espaço interpelado e funciona, então, como efeito e como materialização das interpelações que constituem a memória discursiva de dizê-la” (Maluf-Souza, 2004, p. 45).

Na mesma direção, Eni Orlandi (2001) destaca que o discurso urbano se dá a partir de diferentes modalidades, como nome de ruas, letreiros, painéis, enquanto textos. Acrescentamos que ele também se dá pelas ações, relações e interesses dos indivíduos em dada sociedade, refletidos nos textos veiculados pela mídia. O discurso jornalístico – reproduzido pelos aparatos midiáticos – tem por incumbência um *falar sobre* (Mariani, 1998), e, ao fazê-lo, faz circular diferentes áreas do saber. É graças a essa ação ritualística e cotidiana que este discurso, ao anunciar um dado “real”, converte-se, ele mesmo, “no lugar por onde a realidade passa e ao mesmo tempo também é elaborada” (Pereira, 2007, p. 23).

O discurso sobre a cidade como a conhecemos não é alheio a esta dinâmica. Ele repercute, consoante a Maluf-Souza (2004), a onipotência e a onipresença do Mercado como agente social da produção do espaço enquanto instância máxima de poder, aliado, ainda, ao discurso veiculado pela mídia de referência acerca dessa produção urbana. A pesquisadora advoga que

isso faz com que as relações sociais na cidade sejam marcadas, em sua maioria, pela submissão dos indivíduos à circulação da mercadoria.

Assim, a Ocupação Lanceiros Negros representa uma ameaça ao mercado imobiliário, principal agente social da produção da cidade, legitimado pela mídia. Os discursos sobre o direito à cidade que se constituem a partir da ocupação e da consequente reintegração de posse, atingindo a opinião pública, dependem de certos fatores, como os interesses sociais, mas, principalmente, políticos e econômicos, de onde parte uma construção de sentidos, bem como sua relação com os demais agentes de produção do espaço urbano.

O discurso da desocupação Lanceiros Negros nas páginas de ZH e a reiteração da gentrificação

Após realizamos uma breve discussão teórica acerca do processo de constituição das cidades e o que as ocupações significam para estes espaços, voltamo-nos para o discurso jornalístico. Partimos do pressuposto – como dito acima – de que ele é fundante para a materialidade simbólica da geografia urbana.

O *corpus* deste artigo perfaz o conjunto de três reportagens veiculadas pelo jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul, o *Zero Hora*, pertencente ao Grupo RBS, nos dias subsequentes à ação de reintegração de posse do prédio ocupado pelo movimento Lanceiros Negros, realizada no dia 14 de junho de 2017. Assim, os textos examinados (na sua íntegra – incluindo todos os elementos textuais – título, entretítulos, legendas e boxes) são *Prédio é alvo de reintegração* (15/06/2017), *Ação noturna abre polêmica sobre desocupações* (16/06/2017) e *MLB, o grupo que liderava a ocupação* (17 e 18/06/2017 – edição de fim de semana). Deles, separamos alguns fragmentos discursivos para exemplificar como se entrelaçam as redes de sentido sobre uma ocupação urbana, percebida como uma “falha” nos padrões organizativos do espaço urbano.

A primeira constatação é que as disputas capitalistas do uso fundiário não sucumbem somente à hegemonia do mercado (cabe lembrar que o prédio onde estava instalada a Ocupação Lanceiros Negros está situado no Centro de Porto Alegre, região em que os imóveis são bem valorizados por conta da infraestrutura dos arredores). Elas rendem-se também às

injunções da mídia – aqui, de *ZH* –, e uma das estratégias discursivas utilizadas para tal passa pela identidade, ou melhor, pelo apagamento dela, já que é a esse processo que são submetidos quase todos os sujeitos envolvidos diretamente com a questão. Isto é, além de não terem uma cidadania territorial, são, no discurso do jornal, desprovidos do direito de serem cidadãos brasileiros. Há três sequências discursivas⁶ na matéria do dia 15 de junho que corroboram essa ideia.

Um morador da ocupação, que *se identificou como Douglas* (SD01⁷)

Os advogados que representam os moradores da ocupação, ligada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), disseram que um recurso para suspender a ação chegou a ser protocolado na Justiça (SD02)

Na saída do prédio, um *homem de origem indígena gritava* (SD03)

O habitante da cidade é, como pleiteia Bethania Mariani (1998), uma posição-sujeito significativa. À luz da materialidade simbólica ofertada por *ZH*, esses indivíduos e seus representantes (caso dos *advogados do MLB* – SD02), além de endereço, passam a não ter nome (exceto na SD01) e sobrenome. São invisibilizados, enquanto todas as outras fontes oficiais relatadas na mesma reportagem têm todos os seus atributos identitários pormenorizados – à vista do titular do Comando de Policiamento da Capital, coronel Jeferson Jacques; do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Adão Pretto (ambos tiveram direito à voz), da juíza Aline Santos Guaranha; dos deputados estaduais Jeferson Fernandes e Adão Villaverde, e da deputada federal Maria do Rosário, *todos do PT* (SD04).

Ao identificarem-se como vítimas nestes conflitos por um teto, eles se perdem nas páginas do veículo como seres quase anônimos, contrariando as regras deontológicas da produção jornalística⁸. As denominações para estas fontes são duvidosas e rasas (*se identificou como Douglas* – SD01 - e *Os advogados* – SD02) e tentam desqualificar os integrantes da Ocupação (*homem de origem indígena* – SD03). O não-dito⁹, na SD03, é que se aquele lugar já

⁶ São fragmentos textuais extraídos das reportagens que fazem parte do *corpus* da pesquisa.

⁷ SD é a abreviatura de Sequência Discursiva.

⁸ Convém ressaltar que são raras as exceções em que o jornalismo permite o anonimato das fontes.

⁹ Entendemos por não-dito o discurso que não é a palavra dita, mas que é constituinte, fundante para o discurso, subsidiário àquilo que é dito. Algo que de algum modo complementa, acrescenta ao dito. Uma condição do “vir-a-ser” (Orlandi, 2012).

não pertence aos sujeitos “normais” (não *indígenas*) que lá habitavam, tampouco pode um índio apossar-se dele, cujo habitat imaginado são tribos distantes do cenário urbano. Outra faceta inscrita na tessitura do discurso é a insistência no estereótipo do não-civilizado, pré-histórico (BARROS, 2000) demarcada, especialmente, pelo verbo *gritar* (SD03), consorciada ao *indígena*.

Mas se numa das reportagens a desidentificação dos personagens ligados aos Lanceiros Negros serve para que eles figurem na trama jornalística, na dos dias 17 e 18 de junho esse método se inverte. ZH singulariza-os mediante as seguintes referências:

O berço da agremiação é o nordeste do país, mais precisamente Recife, capital de Pernambuco, terra natal de notórios líderes populares, como Francisco Julião. (SD05)

Os principais articuladores intelectuais, em geral, são estudantes e acadêmicos, mas os ocupantes dos imóveis são, em maioria, famílias que se encontram em situação de dificuldade para encontrar um teto. (SD06)

Nos dias atuais, alguns dos líderes locais do MLB são Priscila e Nana Sanches. Ambas têm formação superior. Priscila concorreu a vereadora em Porto Alegre em 2016 pelo PSOL – ficou na suplência – tendo arrecadado R\$ 1,9 mil para a campanha. Nana é professora de geografia pós-graduada pela UFRGS. (SD07)

Na política, uma das identidades do MLB é com o Partido Comunista Revolucionário (PCR), de orientação marxista-leninista. (SD08)

Embora o MLB procure construir alternativa, na ocupação Lanceiros Negros os moradores encontram apoio e identificação junto a militantes e lideranças do PSOL, PC do B e PT. [...] O movimento é integrante da Frente Povo Sem Medo, formado durante o processo de impeachment de Dilma. No processo, apesar de ter mantido autonomia, construiu articulações com outros coletivos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), liderado nacionalmente por Guilherme Boulos. (SD09)

A minuciosidade do jornal a respeito do MLB é arranjada com o intento discursivo de inabilitá-lo. A associação do movimento a *Francisco Julião* (SD05) procura ativar a memória do líder das Ligas Camponesas, mas também a do agitador, incendiário e comunista. Vale o mesmo expediente para as SD08 e SD09, que levam a *agremiação* a capitalizar a cadeia semântica –

acima de tudo a negativa – firmada para os partidos de esquerda (*orientação-marxista-leninista* – SD08), sobremaneira os que foram listados (*PSOL, PC do B e PT* – SD09), outros coletivos (*MTST* – SD09) e as autoridades políticas (*Dilma e Guilherme Boulos* – SD09). Outro recurso manipulado por *ZH* para desprestigiá-lo estão nas SD06 e SD07. Ao especificar a formação das duas coordenadoras e noticiar o envolvimento de uma delas nas últimas eleições (registra-se a riqueza de detalhes sobre o assunto), a publicação, uma vez mais, coloca em xeque a legitimidade representativa do MLB, mas não pelo dito. O silenciado no discurso não inibiu o político e o ideológico de se pronunciarem, e coube à conjunção adversativa *mas* (SD06) a incumbência de fazê-los sobressair. Ele parece ser só mais uma alegoria ortográfica; contudo, serve para vilipendiar *estudantes e acadêmicos* do direito de estarem à frente de *ocupantes dos imóveis* [que] *são, em maioria, famílias que se encontram em situação de dificuldade para encontrar um teto* (SD06).

ZH ainda se apropria da temática das ocupações urbanas e do acontecimento “desocupação” a partir de um outro núcleo semântico, qual seja, o da violência. A principal marca deixada em nosso *corpus* está na palavra invasão. Ela aparece na legenda da foto da matéria do dia 16 de junho – Cerca de 70 famílias moravam no edifício *invadido* em novembro de 2015 (SD10) -, e outra vez ao longo desse mesmo texto – Piorou a tensão o fato de crianças estarem entre os ocupantes do prédio *invadido* em novembro de 2015 (SD011). Na página seguinte, complementa a mesma notícia a coluna de autoria do jornalista Humberto Trezzi, intitulada *Faltou bom senso*, em que ele opina sobre a questão. Embora no título ele pareça discordar da postura da polícia militar, logo no início do parágrafo há um “tropeço” na língua e, ao dizer que “Desocupar uma fazenda, prédio ou terreno *invadido* é sempre tarefa delicada” (SD12), toma uma posição. Deste modo, todas as ações que ocorrem fora do marco legal – cujo sentido predomina igualmente numa espécie de box, localizado ao lado do texto de Trezzi, onde é detalhada a tramitação do caso na Justiça – são criminalizadas por *ZH*.

A publicação acentua ainda o discurso da cidade violenta e perigosa por meio da técnica da simplificação discursiva. O relato – sobretudo nas matérias dos dias 15 e 16 de junho – é arranjado a partir da intriga, em que se reforça o modelo “mocinho versus bandido”. Recupera-se, via memória discursiva, uma espécie de Velho Oeste norte-americano. Agora, são os soldados da Brigada Militar – *com gás lacrimogênio, spray de pimenta e bombas de efeito*

moral (SD013) – que guerreiam, não mais para expandir as fronteiras dos Estados Unidos, mas para diminuir as divisas dos “invasores”. Para garantir a ordem do território urbano, conforme *ZH*, eles *tentaram derrubar a porta do prédio, mas não conseguiram. Amarram, então, uma corrente na viatura e outra na porta para arrancá-la* (SD14). Nessa vontade de verdade, como afirma Michel Foucault (1996), *ZH* ratifica o emprego da força sobre uma resistência que consiste naquilo que o coronel Jeferson Jacques qualifica como “*ânimos acirrados*” (SD15), já que de um lado estão os protetores da lei e de outro os fora-da-lei.

A síntese, portanto, do fenômeno reintegração de posse na *ZH* é discursivizada como o reforço da gentrificação. Para Smith (2007), a mídia tem apresentado a gentrificação como o símbolo de uma renovação urbana. Ressalta-se, no entanto, que a gentrificação se presta a um abuso social e cultural.

O jornal *Zero Hora*, diante do que vimos até aqui, arca com parte deste encargo, assinalado pelo autor, e condiciona esse discurso ao ser refém de pautas que discutam alguns tipos de ocupação (por ele tidas como inapropriadas) e sua consequente desocupação. A narrativa torna válidas soluções autoritárias na medida em que o leitor é completamente privado da questão fundo, qual seja, de uma organização sócio-espacial das cidades que atenda a necessidade de grupos específicos, micropoderes, representações sociais e das diversas identidades, e não envergue-se unicamente às imposições do capital.

Considerações finais

Sustentamos, neste trabalho, que o discurso jornalístico – ao menos no que tange ao nosso recorte – está inclinado a fazer uma redução significativa da cidade. O espaço urbano, cujos conflitos são intrínsecos às diversas formas de existência, na *ZH* limita-se (quase que na sua totalidade) à nulificação dos sujeitos pertencentes aos movimentos que se prestam a divergir das suas condições organizativas e ao fortalecimento do discurso da violência.

É por isso que posturas insurgentes – tal como as ocupações urbanas – são moduladas sob a tutela da noção de gentrificação. Há que se flertar com um estado de errância para ser incorporado pelo discurso do veículo.

As ocupações de prédios públicos ou privados motivadas pela luta por moradia digna quase sempre são noticiadas pela grande imprensa em um mesmo formato, sem um aprofundamento das questões que levaram a essa situação. No zelo pelo cumprimento de decisões judiciais, a violência ganha força por si só e também pela imprensa que se interessa pela pauta da violência no centro da metrópole. O jornal *ZH* segue essa tendência, tomando o lado da reintegração de posse expedida pela justiça sem levantar a problemática dos cidadãos que não têm casa para morar (flagelo, aliás, intensificado pelo rigoroso inverno gaúcho).

Nas reportagens, os cidadãos que se abrigaram no prédio público abandonado ficaram sem voz, com identidade parcial e representados como invasores de um espaço que não lhes pertence. Fora das páginas do jornal *ZH* foram desalojados para um espaço na periferia da cidade, à espera de uma solução para a luta por um lugar digno para morar.

Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Esta é outra mesma história: os índios nos livros didáticos de História do Brasil In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.) *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 2000, pp. 131- 155.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação de capital no município de São Paulo. In: *Cadernos Metrópole*. Nº 18, 2º semestre, 2007. pp.15-38. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/8727/6474>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Lei n.10.257, de 10 de julho 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 Jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 14 jul. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão”. In: CARLOS, A.F. (Org.). *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011. pp. 41-51.

FAGANELLO, Cláucia Piccolli; GUEDES, Iris Pereira. Ocupação Lanceiros Negros: alternativa proposta por um movimento social em reivindicação ao direito à moradia digna frente ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2016, Porto Alegre. *Anais...* Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, 2016. Disponível em: < <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. “O direito à cidade”. In: *Revista Piauí*, São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em 14 jul.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2011 e a reponderação das PNADs 2001 a 2009. *Nota Técnica*, p. 3, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MALUF-SOUZA, O. *Vozes urbanas: gestos de pertencimento nos espaços simbólicos da cidade*. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2004.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. “Pontuando Sentidos Em Trânsito”. In: *Escritos*, Campinas, v. 1, pp. 14-23, 1998. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. “A Cidade é um Grande Negócio.” In: *Terra e Debate*, n. 3, p. sem página, jun. 1988.

PEREIRA, Taís Assunção Curi. *Mídia & cultura: discursos que constroem memória*. Santos: Comunicar, 2007.

ORLANDI, Eni. “Tralhas e Troços: o flagrante urbano”. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. “A Desorganização Cotidiada”. *Escritos*, Campinas, v. 1, p. 03-10, 1998. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SMITH, Neil. “A gentrificação generalizada”. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 59-87.

_____. “Gentrificação a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.º 11, pp. 15-31, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo_Neil.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.